



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 7041 - SP (2021/0228858-8)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AUTOR : P H DA C
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ BELTRAME - SP217112
RÉU : A DE L
RÉU : A L DE F L
RÉU : N O O

DECISÃO

Cuida-se de AÇÃO RESCISÓRIA, formulada por P H DA C em que requer a anulação de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do processo n. 1000735-23.2017.8.26.0292.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A competência do Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar ação rescisória está definida no art. 105, I, e, da Constituição Federal, abrangendo tão somente "as ações rescisórias de seus próprios julgados".

No caso, o inconformismo do autor dirige-se contra acórdão prolatado no âmbito do TJSP.

Configurada, pois, a incompetência do STJ para julgar o feito, nego seguimento ao pedido, nos termos do art. 34, XVIII, do RISTJ, c/c o art. 38 da Lei n. 8.038/90, e determino a remessa dos autos ao TJSP.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência